

A POLÍTICA PÚBLICA DA ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL NO BAIRRO BARRA DO CEARÁ, EM FORTALEZA - CE.

Fernanda Gomes Correia¹
Benedito Marciano Gomes ²

RESUMO

A partir de uma análise de como as políticas públicas foram sendo desenvolvidas, de acordo com os modelos de governos que foram sendo implantados nesse último século, aqui no Brasil, este artigo apresenta um breve histórico sobre as mudanças que ocorreram nas concepções sobre a educação no Brasil durante esse processo. No seio de um Estado nacional desenvolvimentista, voltado exclusivamente ao crescimento econômico, a elaboração de políticas públicas é pensada no âmbito de questões gerais, como redução da fome e da miséria, número de matrículas, taxas de natalidade e expectativa de vida, dentre outros e sua avaliação é feita de forma positivista, linear, se prendendo apenas a dados estatísticos. No que cerne a educação do nosso país, essa realidade não foi diferente. A educação passou a ser um produto necessário para fomentar ainda mais a produção de mercado. No entanto, nos últimos anos é crescente o movimento por uma educação de qualidade que garanta uma formação social, emocional, intelectual e física aos educandos, onde se faz necessário o desenvolvimento de políticas públicas pensadas em atender as reais demandas da sociedade. Neste novo cenário é ressaltado como a busca por uma educação integral ganhou força nas últimas décadas e como essa política pode gerar uma mudança na qualidade de vida da população beneficiada, tendo como estudo de caso uma escola municipal de tempo integral, localizada no bairro Barra do Ceará na cidade de Fortaleza, capital do estado do Ceará.

Palavras-chave: Políticas Públicas, Educação, Educação Integral, Escola de Tempo Integral.

INTRODUÇÃO

Avaliar as políticas públicas numa perspectiva de desenvolvimento social é algo recente na história do nosso país. Mesmo porque as propostas de políticas públicas voltadas ao bem-estar da população no sentido social é também algo novo, pois elas sempre estiveram mais relacionadas aos interesses do governo do que propriamente às reais necessidades da nossa sociedade e nas últimas décadas do século XX, estivemos sob governos centralizadores, autoritários e focados apenas no desenvolvimento econômico e aqui é válido ressaltar que desenvolvimento econômico não se converte diretamente em desenvolvimento social como é defendido por Celso Furtado (1984) em

¹ Mestranda do Curso de Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará – CE, <u>nandagcorreia24@gmail.com</u>;

² Mestre em Matemática pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido - RN benedito.gomes@alunos.ufersa.edu.br.



Cultura e Desenvolvimento.

É necessário compreender a importância do papel do Estado nas transformações sociais e econômicas do Brasil. Por isso é fundamental conhecer os modelos de governos que tivemos e quais heranças e traços foram se fixando no percurso. No seio de um Estado nacional desenvolvimentista, voltado exclusivamente ao crescimento econômico, modelo que predominou durante as décadas de 1930 a 1980, a elaboração de políticas públicas era pensada no âmbito de questões gerais, como redução da fome e da miséria, número de matrículas, taxas de natalidade e expectativa de vida, dentre outros e sua avaliação era feita de forma positivista, linear, se prendendo apenas a dados estatísticos.

Essa realidade não melhora quando entramos na década de 90, com governos neoliberais, o aumento da mão invisível do mercado e a redução das ações do Estado, pois tudo isso provocou cortes significativos na elaboração de políticas públicas que poderiam propor reais mudanças na melhoria da qualidade de vida da nossa sociedade.

Nessa conjuntura, como pensar uma política de escola pública de qualidade, que atendesse às reais necessidades de uma sociedade tão diversa e heterogênea como a nossa? Como propor uma educação que formasse cidadãos conscientes e participativos e não apenas mão de obra para atender o mercado de trabalho e os anseios de uma sociedade capitalista?

Ainda na década de 30, Anísio Teixeira, um dos responsáveis pelas mudanças ocorridas na educação do nosso país no último século, propôs uma educação integral que buscava desenvolver uma formação social, emocional, intelectual e física aos educandos. Mas diante de governos voltados exclusivamente ao desenvolvimento econômico e às políticas ideológicas neoliberais, propostas como essas não ganharam força, apesar de estarem sempre nas agendas de políticas.

Pode-se afirmar que a educação em tempo integral é temática recorrente na agenda política da educação brasileira. No entanto, nem sempre o tema recebeu força política suficiente para avançar rumo à formulação e à implementação de políticas. Algumas vezes, as políticas na área foram formuladas e implementadas de forma isolada, por alguns entes federativos; e muitas dessas políticas foram permeadas de descontinuidades, aspecto muito presente na gestão pública brasileira (PARENTE, 2017, p. 23).

As propostas para uma educação integral no nosso país já vêm de muitas décadas e embasadas teórica e metodologicamente por diversos intelectuais de todo o Brasil. Em Fortaleza, o projeto das escolas de tempo integral teve início a partir da parceria entre a Secretaria Municipal de Educação (SME) e o Instituto de Corresponsabilidade pela



Educação (ICE) em 2013 e no ano seguinte, foram implantadas seis escolas municipais de tempo integral de Ensino Fundamental II (6° ao 9° ano). Hoje são 37 escolas de tempo integral, sendo 33 de Fundamental II e 4 de Fundamental I (1° ao 5° ano).

Para melhor compreender algumas das mudanças nas políticas públicas educacionais do nosso país no último século até a implantação e consolidação das escolas de tempo integral, o seguinte estudo tem como objetivos:

OBJETIVO GERAL:

• Fazer uma análise de algumas transformações nas políticas públicas educacionais do Brasil, tendo como estudo de caso a escola de tempo integral localizada em Fortaleza na Barra do Ceará.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Analisar o contexto histórico e político das mudanças na educação do Brasil;
- Compreender o desenvolvimento dos ideais de educação integral no nosso país;
- Perceber a importância da educação integral;
- Refletir sobre as dificuldades de uma escola de tempo integral.

Sendo assim, possível compreender e refletir sobre como as políticas públicas são afetadas pelos modelos de governos vigentes e como a educação sofreu diretamente com os modelos de governos desenvolvimentistas, ressaltando a importância de promover uma educação de qualidade a fim de proporcionar reais transformações sociais, destacando nesse contexto as implantação das escolas de tempo integral.

METODOLOGIA

Com o intuito de analisar algumas mudanças ocorridas na educação do Brasil, tendo como estudo de caso a escola de tempo integral localizada em Fortaleza na Barra do Ceará, essa pesquisa é de natureza básica e do tipo descritiva, trazendo uma abordagem qualitativa pois busca refletir sobre as transformações na educação do Brasil nas últimas décadas, tendo como base teórica a revisão literária dos principais nomes da educação e políticas públicas na atualidade, a partir de levantamento bibliográfico e documental.

Esse estudo começa abordando algumas transformações na educação do nosso país, ressaltando os modelos de governos de cada período, traçando um caminho até



desaguar nas primeiras fontes sobre as ideias de educação integral no Brasil e sua importância para a construção de uma educação de qualidade que garanta o educando uma formação social, intelectual, emocional e física. Para isso foi realizada uma revisão literária dos principais autores sobre economia, políticas públicas no Brasil, educação e educação integral, sendo alguns desses autores: Celso Furtado, Paulo Freire, Alcides Gussi, Vitor Paro, Anísio Teixeira e Jaqueline Moll, dentre outros.

Em seguida, são ressaltadas as mudanças na educação da cidade de Fortaleza, capital do Ceará, com a implantação das escolas de tempo integral, tendo como estudo de caso a escola de tempo integral localizada na Barra do Ceará. Aqui foram revisados os documentos norteadores da educação em Fortaleza, como o Documento Curricular Referencial do Ceará e os registros de informações da própria escola observada, disponíveis nos sites oficiais da Prefeitura de Fortaleza e do Governo Federal.

Após as revisões literárias, bibliográficas e documentais, foram realizadas visitas a unidade escolar de tempo integral localizada no bairro da Barra do Ceará, nas quais foi analisada a rotina escolar dos estudantes e professores. As visitas se estenderam desde a chegada dos alunos, no início da manhã, até a saída dos mesmos, no final da tarde, sendo contemplados também os três intervalos do dia, bem como as refeições realizadas. Foram observadas algumas aulas da base comum, como as de língua portuguesa e matemática e da base diversificada, sendo elas: Protagonismo Juvenil e Projeto de Vida. Com isso, foi possível ter uma visão geral do funcionamento prático dessa política pública e do que seria o ideal defendido pelos autores estudados.

Deste modo, foi necessário submeter essa pesquisa ao conselho escolar da instituição e à Secretária Municipal de Educação por incluírem sujeitos e órgãos públicos.

REFERENCIAL TEÓRICO

Na elaboração de políticas que promovam o desenvolvimento social é indispensável considerar os fatores culturais e a tradição local, como ressalta Gonçalves (2008). A ironia está em ser um desafio conciliar os fatores de desenvolvimento econômico do Estado com os fatores que realmente geram impacto na mudança social, já que os interesses do Estado deveriam ser justamente o interesse da população que o mantém. A questão é que aqui no Brasil, nunca se conseguiu constituir um Estado totalmente público, sem a participação do setor privado.

É importante salientar que os governos do último século, foram marcados por



serem desenvolvimentistas, mas também conservadores e autoritários, pouco interessados em promover políticas públicas que tivessem um real impacto na transformação da qualidade de vida da população. Para Bacelar:

O Estado brasileiro é, tradicionalmente, centralizador. A pouca ênfase no bemestar, ou seja, a tradição de assumir muito mais o objetivo do crescimento econômico e muito menos o objetivo de proteção social ao conjunto da sociedade, fez com que o Estado adquirisse uma postura de fazedor e não de regulador. Nós não temos tradição de Estado regulador, mas de Estado fazedor, protetor; não temos tradição de Estado que regule, que negocie com a sociedade os espaços políticos, o que só hoje estamos aprendendo a fazer (BACELAR, 2000).

O governo deveria perceber na educação o caminho para a construção de um país cada vez mais democrático, elaborando conceitos gerais, mas sem jamais esquecer das diferenças regionais e locais. Proporcionando meios para o pleno desenvolvimento natural e integral de todos os cidadãos brasileiros, como ressalta o Manifesto do Pioneiros:

Assentado o princípio do direito biológico de cada indivíduo à sua educação integral, cabe evidentemente ao Estado a organização dos meios de o tornar efetivo, por um plano geral de educação, de estrutura orgânica, que torne a escola acessível, em todos os seus graus, aos cidadãos a quem a estrutura social do país mantém em condições de inferioridade econômica para obter o máximo de desenvolvimento de acordo com as suas aptidões vitais (MANIFESTO DOS PIONEIROS, 1932).

No entanto, a educação integral em escola de tempo integral como projeto de política pública passou por diferentes momentos e objetivos desde sua elaboração. Para o estudo do referencial teórico relacionado ao tema, se faz necessário compreender o período e as circunstâncias em que elas foram elaboradas, como ressalta Viana et al (1996; 2012) "A divisão da política em fases é um exercício de análise de política pública. Em que pese as diferentes formas de conceber as fases da política pública, pode-se didaticamente nomeá-las de: agenda, formulação, implementação e avaliação".

No Brasil, a educação integral tem sua base histórica com Anísio Teixeira, na década de 1930, e Darcy Ribeiro, grandes mentores intelectuais dessa política pública. Porém, com os governos desenvolvimentistas das décadas de 1990, a educação ganhou um teor cada vez mais mercadológico, concepção diferente das propostas pela educação integral, como aponta Bacelar (2000).

Diante disso, se faz necessário saber que a Constituição Federal de 1988, CAPÍTULO III, DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO. Seção I DA EDUCAÇÃO ressalta a importância da participação do jovem no mercado de trabalho e



em sociedade, como podemos perceber no Artigo 205: "A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho". Porém, só aumentar a jornada dentro da escola não garante a melhoria da qualidade da educação e nem tão pouco as transformações na sociedade. Segundo Cavalliere (2008), é necessária uma reflexão sobre a ampliação do tempo de escola e o incremento da qualidade do trabalho educativo que se faz dentro dela. De acordo com Paro et al:

Numa perspectiva de atendimento escolar, é de se perguntar em que medida a escola pública de tempo integral é uma forma alternativa de encarar os problemas do ensino e se coloca como instrumento de universalização da educação elementar para as amplas camadas da população, em que medida ela se coloca também, ou alternativamente, como fortalecimento da universalização do ensino no sentido de acréscimo em termos de quantidade e qualidade da escolaridade já conseguida (PARO et al, 1988).

Os estudos sobre o progresso da educação no Brasil, Políticas Públicas da educação, com enfoque nas escolas de tempo integral são necessários no processo de reflexão sobre como as mudanças ocorridas na educação brasileira nas últimas décadas culminaram na implantação de escolas de tempo integral, analisando suas potencialidades e complexidades na atual realidade da educação no nosso país. Para Moll (2023) "A Educação Integral não é um puxadinho, é a característica estrutural da Educação brasileira"

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com todas as mudanças ocorridas no país nas primeiras décadas do século XX, nas questões econômicas e políticas, inclusive considerando a nova redistribuição do poder político, era esperado uma ampliação das políticas educacionais. No entanto, nos governos de Getúlio Vargas se observa uma ínfima progressão com relação à promoção ao ensino básico, principalmente no que se refere ao ensino primário, como forma de promover o desenvolvimento social da grande massa da população. Durante esse período, foram elaboradas pelo governo federal políticas educacionais que priorizaram o ensino superior e secundário, e o ensino técnico a fim de formar mão-de-obra para o mercado de trabalho, enquanto o ensino primário ficou a cargo dos baixos recursos dos estados, continuando assim, em expressivos níveis de atraso.

Em 1932, no governo de Getúlio Vargas, o Manifesto dos Pioneiros da Educação



Nova escreveu um documento intitulado "A reconstrução educacional no Brasil: ao povo e ao governo". Esse documento propunha modificar o modelo educacional vigente, que era elitista e excludente. Dentre seus principais objetivos estava que o Estado deveria ofertar uma educação para todos que fosse gratuita, laica e obrigatória, fazendo com que toda a população tivesse acesso a uma educação única e de qualidade.

Seguindo essa concepção de educação, outros movimentos serviram de base e mola propulsora para a construção de uma educação integral no Brasil, como a Escola Parque elaborada por Anísio Teixeira na década de 50, sendo este, um dos principais responsáveis pelas mudanças ocorridas na educação do nosso país no último século. Ele defendia que a escola deveria ser integral tanto para os alunos, quanto para os professores, proporcionando assim de forma geral, mas considerando as especificidades de cada um e de cada local, seu pleno desenvolvimento pessoal e consequentemente social. A Escola Parque, implantada no estado Bahia, serviu de inspiração e modelo para a construção de outros centros educacionais em vários estados do país.

Vale ressaltar que o governo de Juscelino Kubitschek não foi muito diferente dos governos de Vargas, ambos focaram principalmente no processo de industrialização do país e pouco investiram na educação dos brasileiros, principalmente com relação ao ensino primário. Pode-se destacar alguns avanços no ensino primário, como o aumento do número de matrículas nos governos de Dutra (1946-1951) e João Goulart (1961-1964). Enquanto Ministro da Educação de João Goulart, Darcy Ribeiro, outro importante intelectual e motivador das transformações no sistema educacional brasileiro, grande incentivador da democratização do ensino público e de qualidade, comungando com muitos ideais de Anísio Teixeira sobre educação, implantou no Rio de Janeiro, os Centros Integrados de Ensino Público, que foram considerados uma das principais políticas de educação integral no país.

Apesar das propostas para uma educação integral no nosso país já tem um grande embasamento teórico metodológico, apenas em 1996 com a formulação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), no governo Fernando Henrique é que realmente foi estabelecido o aumento da carga horária da escola para tempo integral, e em 2014, no governo Dilma Rousseff, foi colocado como uma das metas do PNE, Plano Nacional da Educação, a ampliação do tempo dos alunos nas escolas, desenvolvendo e implantando as escolas de tempo integral. A meta é que até o ano de 2024, o Estado deve ofertar 50% (cinquenta por cento), no mínimo, das escolas públicas em tempo integral de forma a garantir a matrícula de pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento), dos alunos da



educação básica.

Na cidade de Fortaleza, capital do estado do Ceará, a ampliação da jornada escolar começou com o projeto Mais Educação em 2008, cumprindo os critérios estabelecidos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Já o projeto das escolas de tempo integral, teve início em 2014 com a parceria entre a Secretaria Municipal de Educação (SME) e o Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE), com a implantação de 6 escolas municipais de tempo integral do ensino fundamental II (6º ao 9º ano), uma por distrito de educação. Sendo uma delas a escola de tempo integral localizada na Barra do Ceará, locus dessa pesquisa.

A Rede Municipal de Ensino de Fortaleza é destaque no país, pois é a 4ª maior do Brasil em números de matrículas e a 1ª em matrículas no Ensino Fundamental II em escolas de tempo integral do país. Em 2023, são 37 escolas de tempo integral atendendo às demandas de Fundamental I e Fundamental II, com matrícula de aproximadamente 16 mil estudantes. Em 2022, a prefeitura de Fortaleza aderiu ao Programa Escola em Tempo Integral, junto ao Ministério da Educação (MEC). A meta da Secretaria de educação é universalizar o tempo integral para todos os estudantes do Fundamental II até 2026.

Com o objetivo central de que os alunos ao final do ensino básico saiam como sujeitos autônomos, solidários e competentes, passar o dia nas escolas de tempo integral não significa apenas só passar mais tempo dentro da escola, mas sim o compromisso com a educação integral, de propiciar a esses alunos a oportunidade de acesso ao currículo da base comum, como por exemplo, as disciplinas de matemática, língua portuguesa, geografia, história, entre outras, e também disciplinas da base diversificada como a de projeto de vida, protagonismo juvenil, formação cidadã e estudos orientados, fazendo com que esses alunos tenham uma educação voltada, tanto para o desenvolvimento profissional, como para o social, como aponta Natacha Costa, diretora da Associação Cidade Escola Aprendiz:

"Para além de olhar o desenvolvimento cognitivo, que é a dimensão sobre a qual o modelo escolar se consolidou, é importante olhar para outras dimensões como a física, a emocional e a social"... "O sujeito hoje tem que ter autonomia na construção do conhecimento e tem que saber trabalhar em grupo, se comunicar, construir seu projeto de vida e estabelecer suas prioridades (COSTA, 2014)"

Os conteúdos da base comum e da parte diversificada são planejados pelos professores de forma a garantir o acesso dos alunos a ciência, cultura, esporte e tecnologia de forma articulada e permanente, tendo como objetivo final o projeto de vida do aluno,



tudo de acordo com o projeto político-pedagógico da escola (PPP) e conforme a estratégia 6.1 da meta 6 do PNE:

Promover, com o apoio da União, a oferta de educação básica pública em tempo integral, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas, de forma que o tempo de permanência dos (as) alunos (as) na escola, ou sob sua responsabilidade, passe a ser igual ou superior a 7 (sete) horas diárias durante todo o ano letivo, com a ampliação progressiva da jornada de professores em uma única escola;

A escola municipal de tempo integral localizada no bairro da Barra do Ceará foi a primeira escola de tempo integral do distrito 1. Sua estrutura física foi minimamente adaptada para que os alunos pudessem passar o dia inteiro. Hoje a escola conta com 12 turmas e o total de 456 alunos matriculados, distribuídos entre 6°, 7°, 8° e 9° anos. A escola está sempre em destaque na rede municipal entre as melhores notas das avaliações externas de nível estadual e nacional, o Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica (SAEB), e nas avaliações realizadas pela própria rede, as avaliações diagnósticas. A grande maioria dos alunos saem da escola ao final do Ensino Fundamental II e ingressam em escolas profissionalizantes do Estado e alguns alunos já conseguiram aprovação no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE).

Assim como nas outras as EMTI's, os alunos ficam das 7h30 da manhã às 16h55 da tarde nos dias de terça e quinta-feira, onde assistem a oito aulas; e das 7h30 às 16h nos dias de segunda, quarta e sexta-feira, contemplando as 7 aulas desses dias. Com direito a três intervalos, onde são servidos dois lanches e um almoço ao longo do dia. Na EMTI da Barra do Ceará, no intervalo do almoço, horário de 11:30 às 13h, os alunos são motivados a exercerem seu protagonismo desenvolvendo e organizando clubes, nos quais os mesmos ensinam e aprendem sobre algo que lhes despertem interesse, que vão desde clubes de leitura, jogos, dança e esportes. As famílias estão muito presentes no cotidiano da escola, desde o momento da chegada e saída dos alunos, a frequentes participações em reuniões que envolvem as dinâmicas da escola e a aprendizagem de seus filhos. Para Moll (2023) "A Educação Integral muda a configuração do bairro, porque integra a comunidade, chama os pais, ex-alunos, articula as políticas públicas, porque a escola não resolve sozinha todas as condições para que a criança esteja inteira na sala de aula".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a análise de várias leituras é possível concluir que, apesar de o Brasil ter



conquistado em poucas décadas, o que muitos países levaram séculos para conseguir, uma grande potência emergente, industrializada e urbana, ostentando um dos maiores produtos interno bruto (PIB) do mundo, pouco se fez ao longo dos anos para que fossem atenuados os problemas sociais da nossa nação. A educação, tão valorizada em países de governos democráticos, aqui, durante décadas ficou à margem das importantes transformações dos últimos tempos, ou pelo menos não recebeu a devida valorização. As políticas educacionais tão necessárias para a construção de um país mais justo, igualitário e que prosperasse realmente no sentido do desenvolvimento econômico e social caminharam a passos lentos.

A educação sempre foi vista como uma mercadoria dentro do sistema capitalista, um produto necessário para fomentar ainda mais a produção de mercado. A educação só passou a ser vista, em sua totalidade, como um processo de formação social, intelectual, emocional e física, capaz de ajudar a promover uma transformação em sua comunidade e que gere um estado de bem-estar social para seu povo, em governos mais recentes da nossa história. Uma das ações para alcançar tais objetivos foi a implantação do modelo de educação em tempo integral.

De acordo com Paro (1988), a escola de tempo integral é uma forma alternativa de encarar os problemas do ensino e se coloca como instrumento de universalização da educação elementar para as amplas camadas da população. Para ele, ela se coloca também como um fortalecimento da universalização do ensino, acrescentando em termos de quantidade e qualidade no atendimento escolar.

A escola de tempo integral não pode ser só sinônimo de aumento de carga-horária para o aluno, tem que ter objetivos pedagógicos bem planejados e definidos, se não a construção de uma educação integral continua sendo apenas um sonho ou servindo de base para outros interesses que não tem sentido educacional.

A educação não vista em sua totalidade como um processo de formação social, intelectual, emocional e física não tem qualquer poder para ajudar a promover uma transformação em sua sociedade que gere um estado de bem-estar social para seu povo, como ressalta Freire "É bem verdade que a educação não é a alavanca da transformação social, mas sem ela essa transformação não se dá". Nesse contexto, a educação de tempo integral visando a formação de seus alunos em cidadãos críticos e protagonistas em sua sociedade deve ser as premissas de uma política pública de educação garantida pelo Estado.



REFERÊNCIAS

BACELAR, T. As Políticas Públicas no Brasil: heranças, tendências e desafios. Políticas Públicas e Gestão Local: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais. Rio de Janeiro: FASE, 2003, 01-10.

BACELAR, T. As Políticas Públicas no Brasil. In: ENSAIOS SOBRE O DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO: Heranças e urgências. 1. ed. Parte 3. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988.

______. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 1996.

CARVALHO, A. M. P.; GUSSI, A. F. Perspectivas contemporâneas em Avaliação de Políticas Públicas. Seminário "Avaliação de Políticas Públicas em Tempos Contemporâneos". Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas, UFC, 2011 (inédito).

CAVALIERE, A. M. (2002a). Educação integral: Uma nova identidade para a escola brasileira. Educação e Sociedade, 23, 247-270.

FREIRE, P. Política e pedagogia. Porto: Porto Editora, 1998.

FURTADO, C. Formação econômica do Brasil. São Paulo: Editora Nacional, 1995.

______. Cultura e Desenvolvimento: em época de crise. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

GONÇALVES, A. F. Políticas Públicas, etnografia e a construção dos indicadores socioculturais. Aval – Revista de Avaliação de Políticas Públicas. UFC, número 1, 2008, p. 17-28.

GUSSI, A. F. e OLIVEIRA, B.R. Políticas Públicas e outra perspectiva de avaliação: uma abordagem antropológica. Revista Desenvolvimento em Debate, v. 4, n. 1, p. 83-101, 2016.

MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA (1932). Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. especial, p.188–204, ago. 2006. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3360206/mod_resource/content/0/O%20MANI FESTO%20DOS%20PIONEIROS%20DA%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20NOA. pdf. Acesso em: 30 jun. 2023.

MOLL, J. (Org.). Caminhos da educação integral no Brasil: direito a outros tempos educativos. Porto Alegre: Penso, 2012.

MOLL, Jaqueline. "Educação Integral serve para reconstruir o mundo e todos têm que caber nele". Disponível em: Acesso em 25 de nov. 2023.



PARENTE, C. da M. D. A Construção da Meta de Educação em Tempo Integral do Plano Nacional de Educação (2014). Educação em Revista, Marília, v. 18, Edição Especial, p. 23-42, 2017.

PARO, V. H. et al. Escola de tempo integral: desafio para o ensino público. São Paulo: Cortez, 1988.